

TRIBUNA

DO INTERIOR

QUARTA-FEIRA,

3 DE DEZEMBRO DE 2025

EDIÇÃO Nº 11.399

Classificados

Publicidade Legal

TRIBUNA

DO INTERIOR

FLAGRAS

DÚVIDAS

SUGESTÕES

Whatsapp

(44) 9 9162-1733

ESCRITÓRIO PINHEIRO

Trate diretamente com o proprietário

Aluga-se:

Antiga instalação da Clínica Dr. Antônio Corpa. 8 salas mais recepção. Av. Manoel Mendes de Camargo ao lado da Auto Peças Mazzo.

Tratar pelos telefones:

(44) 3523-2228 / 99833-4808

46 ANOS

EM CAMPO MOURÃO!

RADIADORES MODELO

Radiadores Novos, Recondicionados a Base de Troca

Pronta Entrega, Solda de Intercooler, Consertos e Mangueiras

LINHA LEVE

LINHA PESADA

LINHA AGRÍCOLA

MANGUEIRAS

(44) 3523-3995

Celular: 99931-1476 TIM

radiadoresmodelo@gmail.com

Per. Tancredo de A. Neves, 3189

Jd. Santa Nilce - CEP 87308-440

Campo Mourão - PR

Prefeitura Municipal de

Juranda

CNPJ 78.196.755/0001-09

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2025.

O Município de Juranda, Estado do Paraná, através da sua Pregoeira, com a devida autorização da Prefeitura Municipal, convida para participar do seguinte procedimento licitatório:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO DE BOLSA-AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE JURANDA ATRAVÉS DO PROGRAMA SEMEANDO EDUCAÇÃO POR MEIO DE ABASTECIMENTO EM CRÉDITOS ANUAIS EM ATENDIMENTO A LEI MUNICIPAL 2698/2025 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURANDA-PR.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2025

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR TAXA ADMINISTRATIVA COMERCIAL

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/12/2025 às 08h00min (horário de Brasília)

PLATAFORMA: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Paço Municipal Messias Brasil junto ao Setor de Compras e Licitações. Aquisição do Edital eletrônico: Sem ônus, no site do município <https://juranda.edmundo.com/transparente/licitacoes-gerais> ou mediante solicitação por e-mail ([pregoeira@juranda.pr.gov.br](mailto:pregoeira@juranda.pr.gov.br)).

Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3569-1185, ou pelo e-mail.

Juranda, Pr. 02 de dezembro de 2025

Alleg de Souza Pinto de Almeida

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

Estado do Paraná – CNPJ: 76.950.062/0001-26

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2025

POR ITEM MENOR VALOR

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras e decretos municipais 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a melhor proposta para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, LUZ, LED DE GRANDE PORTE E EQUIPE TÉCNICA, PARA ATENDER AO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO REVELLON DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, CONFORME PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 620/2025 – PROTOCOLO 24.928.822-5, CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até DIA 05/12/2025, ÀS 17:00:00 HORAS.

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail [proposta@barbosaferraz.pr.gov.br](mailto:proposta@barbosaferraz.pr.gov.br) ou pelo protocolo geral <https://barbosaferraz.oxv.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso> até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município [www.barbosaferraz.pr.gov.br](http://www.barbosaferraz.pr.gov.br), portal da transparência (<https://barbosaferraz.oxv.elotech.com.br/portaltransparencia/licitacoes>) ou obtidos através de solicitação ao e-mail [licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br](mailto:licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 02/12/2025

HENRIQUE WARKEN

PRESIDENTE CPL

CARLOS ROSA ALVES

PREFEITO

MUNICÍPIO DE MAMBORÊ

Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22

Rua Guadaluja, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000

e-mail: [prefeitura@mambore.pr.gov.br](mailto:prefeitura@mambore.pr.gov.br)

[www.mambore.atende.net](http://www.mambore.atende.net)

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 114/2025

Processo Administrativo nº 326/2025

O Município de Mamborê, Estado do Paraná, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, comunica a todos a efetivação do procedimento conforme abaixo discriminado:

Dispensa de Licitação nº 114/2025

Processo Administrativo nº 326/2025

Valor total: R\$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa reais).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUTOMOTIVO TIPO SCANNER DE DIAGNÓSTICO ELETRÔNICO, COMPLETO E ORIGINAL, DE FÁBRICA, ACOMPANHADO DE TODOS OS CABOS, CONECTORES, ACESSÓRIOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS AO USO IMEDIATO, VISANDO À EXECUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS TÉCNICOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL, COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS.

Mamborê, 02 de dezembro de 2025.

MAURO AUGUSTO DA ROCHA

Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE MAMBORÊ

Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22

Rua Guadaluja, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000

e-mail: [prefeitura@mambore.pr.gov.br](mailto:prefeitura@mambore.pr.gov.br)

[www.mambore.atende.net](http://www.mambore.atende.net)

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE Nº 064/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ, no uso de suas atribuições legais, considerando:

I - Que a autoridade competente **deve anular, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado**, qualquer procedimento licitatório, quando for comprovadamente detectado afronta ao princípio da legalidade, nos termos do artigo 71 da Lei 14.133/21;

II – Que no processo licitatório em epígrafe foi analisado e determinado a sua ANULAÇÃO: “sem prejuízo da abertura de novo processo administrativo quando evidenciada a oportunidade e necessidade da administração”, conforme determinado através do Despacho Municipal nº 493/2025;

RESOLVE:

I - **TORNAR PÚBLICA a Anulação** do procedimento licitatório sob a modalidade Inexigibilidade nº 064/2025, ficando assegurado aos interessados, o disposto no artigo 71, III, da Lei 14.133/21.

II – Publique-se.

Mamborê, 02 de dezembro de 2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ.

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 62/ 2025

Processo Licitatório: Pregão n.º 72/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ sob nº 76.217.017/0001-67 com sede administrativa na Avenida Brasil, 361 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Joel Celso Buscarol

Contratado: MK - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 17.674.134/0001-08, com sede/domicílio na(o) RODOVIA BR 116, 17511, XAXIM, CURITIBA / PR.

Objeto: Aquisição de equipamentos para UVR (empilhadeira motorizada).

Valor: 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TODOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

28 - SECRET. MUNIC. AGRIC. E MEIO AMBIENTE

003 - DIVISÃO MEIO AMBIENTE

25.003.18.941.002.1.078 - Política Municipal de Resíduos Sólidos

4.4.90.52.06 - 107 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.52 - 0400 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

4.4.90.52 - 4800 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVÁRIOS

Fonte: 1072 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITANPJ BINACIONAL - PROGRAMA

28 - SECRET. MUNIC. AGRIC. E MEIO AMBIENTE

003 - DIVISÃO MEIO AMBIENTE

25.003.18.941.002.1.078 - Política Municipal de Resíduos Sólidos

4.4.90.52.06 - 107 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.52 - 0400 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

4.4.90.52 - 4800 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVÁRIOS

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livre)

Amparo Legal: Lei Federal 14.133/21

Vigência: 02 de dezembro de 2026

Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias

Data da Assinatura: 02 de dezembro de 2025

Boa Esperança, 02 de dezembro de 2025.

Joel Celso Buscarol

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

PORTARIA Nº 320/2025

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscarol, no uso de suas atribuições legais nos termos da LEI 258/2008;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder retorno da Licença sem Vencimentos, para tratar de interesse particular ao servidor OLZIEL VIEIRA DO NASCIMENTO, a partir de 02 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Art. 3º - Paço Municipal Haride Cavalletti, em 02 de dezembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Joel Celso Buscarol

Prefeito Municipal

SINDICATO RURAL DE ARARUNA

Av. 29 de Novembro, 550 – Centro, Araruna-Pr

CNPJ: 75.903.419/0001-52 – Fone / WhatsApp (44)95428-3945

e-mail: [sindicatoruraledearuna@gmail.com](mailto:sindicatoruraledearuna@gmail.com)

EDITAL DE RESULTADO DE ELEIÇÃO

Em eleição realizada no dia 28/11/2025, este Sindicato Rural, em conformidade com o artigo 532 – Parágrafo 2º da CLT e com o estatuto desta entidade, elegeu a chapa abaixo descrita, a qual dirigirá o Sindicato no período de 14/01/2026 a 13/01/2029.

Cargo	Nome
Presidente	José Antônio Furlaneto
Vice-presidente	Estefano Barchecheh
Secretário	André Zawadzki
Tesoureiro	Vander Carlos Furlanetto
Suplentes de diretoria	Carlos Alberto Vivan Ambrósio Ferronato Antônio Jorge Zawadzki Amarildo Bassani
Conselho Fiscal	Valdemir Ferro Edson Fernandes Canhiçares Wesley Cley Furlanetto
Suplentes de Conselho Fiscal	Pedro Henrique Zawadzki José Bassani Maria Aparecida de Almeida
Delegado representante	José Antonio Furlaneto
Suplentes de delegado representante	Vander Carlos Furlanetto

A contar da data da presente publicação fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso.

Araruna, 02 de Dezembro de 2025.

Jo. A. Furlaneto

José Antonio Furlaneto

Presidente do Sindicato Rural de Araruna

PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS COM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM IMPRESSORAS. A presente licitação é de participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sediadas no raio de 150 km do município de Campo Mourão, considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 57/2019, Decreto Municipal nº 8.680/2020, e subsidiariamente na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), bem como Lei Complementar Federal nº 147/2014. PRAZO FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até às 8h59 do dia 18 de dezembro de 2025. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 9h do dia 18 de dezembro de 2025. LOCAL PARA OBTENÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Portal da Transparência do Município no site <https://campomourao.atende.net/subportal/licita>, no menu Licitações Gerais, e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 80.000,00. Luis Fernando Buosi – Pregoeiro.

AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

AGROPECUÁRIA ÁGUA AZUL LTDA (CNPJ: 78.196.649/0010-08) torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para corte de Vegetação nativa e exótica para Uso Alternativo do Solo na Fazenda Santa Rita, composta pelos Lotes 20-E,20-F,105-A-2,108,19-z-2,109-Rem.e Faz.Santa Rita, município de Janiópolis/PR.

GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CNPJ n. 78.069.143/0001-47

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 142/2025.

MODALIDADE: Dispensa Eletrônica nº 043/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Elza Aparecida da Silva.

CONTRATADA: J SMAK MELO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.872.516/0001-10, neste ato representada por sua Sócia-Administradora, Sra. Jackeline Smak de Melo.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, instalação, manutenção, desmontagem e retirada de decoração natalina luminosa e cenográfica em espaços públicos do Município de Altamira do Paraná, em atendimento ao convênio celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo – SETU/PR, registrado sob o protocolo nº 24.446.727-0, conforme especificações e quantitativos do Plano de Trabalho.

VALOR TOTAL: R\$ 62.464,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura.

Unidade: 006 – Departamento de Cultura.

Funcional Programática: 05.006.13.392.0017.2047 – Fomento à Ações Culturais.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos: 1000 – Livre.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, vinculando-se aos termos do Edital de Dispensa e da Proposta da Contratada.

FORO: Comarca de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

DATA DA ASSINATURA: Altamira do Paraná/PR, 02 de dezembro de 2025.

GARAGEM VIRTUAL

CLEAN CAR

MOURÃO

ESTÉTICA AUTOMOTIVA

(44) 99714-9771 (44) 99831-8827 (44) 99714-9771

garagem\_virtual.cm

AV. JOÃO BENTO, 719

Esquina com a Rua Roberto Brzezinski



PORTARIA Nº 303/2025

EXONERA SERVIDOR (A) PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA/VACÂNCIA DE CARGO.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Considerando que o Município possui servidores públicos estatutários vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme Lei Municipal nº 1.190/2003;

Considerando o artigo 40, inciso V, da Lei Municipal nº 1.654/2010, que prevê a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 1.302.501, cujo acórdão foi publicado no dia 25/08/2021, firmou Tese de Repercução Geral (Tema nº 1150) no sentido de que: "O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade";

Considerando que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não comunica oficialmente ao Município o momento em que os servidores públicos municipais tiveram benefício previdenciário de aposentadoria deferido junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

Considerando o Processo nº 783830/24 do TCE/PR, bem como, as diligências realizadas pela administração pública com suas secretarias municipais;

Considerando a Recomendação Administrativa nº 01/2025 do Ministério Público do Paraná;

Considerando os acórdãos 1866/23 e 3814/23 do TCE/PR, que independem de procedimento administrativo para exoneração de servidor aposentado;

Considerando a inexistência de discricionariedade do gestor no que tange à observância da legislação que determina a vacância do cargo em caso de aposentadoria;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103/2019, que determinou que a aposentadoria concedida acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição, após o início da vigência da referida norma, tanto para servidores dos regimes estatutários e celetistas;

Considerando que no mês de janeiro de 2025, o município teve acesso a documentos de alguns servidores que obtiveram a concessão da aposentadoria;

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarada a vacância e consequentemente, a EXONERAÇÃO, a partir de 31 de Dezembro de 2025, com base no art. 40, inciso V, da Lei Municipal nº 1.654/2010 e artigo 37, § 14º da Constituição Federal, do cargo público de Vigia Geral do servidor MARCOS ANTONIO DA SILVA matrícula nº 26310101, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo único. Em consequência, fica declarada a extinção da relação jurídico-administrativa do servidor titular do respectivo cargo, em razão da ocorrência de aposentadoria obtida na forma do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Fica a Secretaria de Administração Municipal autorizada a proceder ao pagamento de eventuais verbas rescisórias devidas ao (a) servidor (a), na forma da lei, para efetivação do presente ato.

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/2025

EXONERA SERVIDOR (A) PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA/VACÂNCIA DE CARGO.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Considerando que o Município possui servidores públicos estatutários vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme Lei Municipal nº 1.190/2003;

Considerando o artigo 40, inciso V, da Lei Municipal nº 1.654/2010, que prevê a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 1.302.501, cujo acórdão foi publicado no dia 25/08/2021, firmou Tese de Repercução Geral (Tema nº 1150) no sentido de que: "O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade";

Considerando que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não comunica oficialmente ao Município o momento em que os servidores públicos municipais tiveram benefício previdenciário de aposentadoria deferido junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

Considerando o Processo nº 783830/24 do TCE/PR, bem como, as diligências realizadas pela administração pública com suas secretarias municipais;

Considerando a Recomendação Administrativa nº 01/2025 do Ministério Público do Paraná;

Considerando os acórdãos 1866/23 e 3814/23 do TCE/PR, que independem de procedimento administrativo para exoneração de servidor aposentado;

Considerando a inexistência de discricionariedade do gestor no que tange à observância da legislação que determina a vacância do cargo em caso de aposentadoria;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103/2019, que determinou que a aposentadoria concedida acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição, após o início da vigência da referida norma, tanto para servidores dos regimes estatutários e celetistas;

Considerando que no mês de janeiro de 2025, o município teve acesso a documentos de alguns servidores que obtiveram a concessão da aposentadoria;

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarada a vacância e consequentemente, a EXONERAÇÃO, a partir de 31 de Dezembro de 2025, com base no art. 40, inciso V, da Lei Municipal nº 1.654/2010 e artigo 37, § 14º da Constituição Federal, do cargo público de Professora da servidora ROSMARI VISCARDI GRAF matrícula nº 31580101, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição de professor.

Parágrafo único. Em consequência, fica declarada a extinção da relação jurídico-administrativa do servidor titular do respectivo cargo, em razão da ocorrência de aposentadoria obtida na forma do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Fica a Secretaria de Administração Municipal autorizada a proceder ao pagamento de eventuais verbas rescisórias devidas ao (a) servidor (a), na forma da lei, para efetivação do presente ato.

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/2025

EXONERA SERVIDOR (A) PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA/VACÂNCIA DE CARGO.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADALMIR JOSÉ GARBIM JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Considerando que o comando constitucional inserido no artigo 40, § 1º, II, combinado com a Lei Complementar nº 159/2015 e a Lei Municipal nº 1.654/2010, impõe à Administração Pública o dever de extinguir o vínculo com seus servidores públicos, sejam estatutários, sejam celetistas, esteja ou não, ao completarem 75 (setenta e cinco) anos;

Considerando que a servidora atinge a idade de 75 (setenta e cinco) anos de idade em data de 03/08/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica EXONERADO, a partir de 31 de Dezembro de 2025, do cargo público de Zelador Geral I, o servidor JOSÉ MARQUES DE OLIVEIRA, matrícula nº 12440101, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Parágrafo único. Em consequência, fica declarada a extinção da relação trabalhista do servidor titular do respectivo cargo, em razão da ocorrência de aposentadoria obtida na forma do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Fica a Secretaria de Administração Municipal autorizada a proceder ao pagamento de eventuais verbas rescisórias devidas ao (a) servidor (a), na forma da lei, para efetivação do presente ato.

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

CONCEDER a servidora Adenise Maria de Araújo, portadora do CPF nº 6\*\*.\*-\*\*-1 residente neste Município, funcionária desta Entidade Pública Municipal, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, LICENÇA PREMIO, pelo prazo de 03(três) meses, a partir de 02 de Janeiro de 2026 até 01 de Abril de 2026, quando deverá reassumir suas funções normais, conforme Lei nº 1.654/2010 de 23 de Julho de 2010.

PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 02 de Dezembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 77/2025

INSTITUI O SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (AFO) DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DEFINE A UNIDADE GESTORA.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de um sistema informatizado único para o registro e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial;

Considerando a exigência de padronização dos registros contábeis conforme o SIAFIC Federal nº 10.540/2020;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira (AFO), o Sistema Elochete, como ferramenta oficial e única para o processamento das despesas, receitas e registros contábeis do Poder Executivo Municipal, conforme licitação vigente.

Art. 2º. Art. 2º O Sistema AFO abrangerá, de forma integrada, os módulos de:

I - Planejamento e Orçamento (PPA, LDO, LOA);

II - Execução Orçamentária e Financeira (Empenho, Liquidação, Pagamento);

III - Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

IV - Tesouraria;

V - Administração Tributária;

VI - Gestão de Pessoal (Folha de Pagamento);

VII - Ação Social;

VIII - Saúde;

IX - Transparência;

X - Frotas;

XI - Patrimônio;

XII - Compras;

Paço Municipal Sidnei Polato, 28 de novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

XIII - Obras.

Art. 3º. Fica designada a Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças Públicas como Unidade Gestora Central do Sistema AFO, competindo-lhe a administração geral da ferramenta.

Art. 4º. Os procedimentos de segurança, controle de acesso, níveis de permissão e responsabilidades dos usuários são os constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Polato, 28 de novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

ANEXO I – DECRETO MUNICIPAL Nº 77/2025

REGULAMENTO DE CONTROLE DE ACESSO, A INTEGRIDADE DOS DADOS, OS PARÂMETROS DE SEGURANÇA E OS NÍVEIS DE ACESSO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (AFO).

1- Este anexo estabelece os procedimentos para o controle de acesso, integridade de dados e parâmetros de segurança do Sistema AFO.

2 - O cadastramento de novos usuários ou a alteração de permissões no Sistema AFO só será realizado mediante solicitação formal do Secretário da Pasta do servidor, encaminhada à Unidade Gestora Central.

3 - São parâmetros de segurança obrigatórios do sistema:

I - Acesso mediante login (matrícula ou CPF) e senha pessoal e intransferível;

II - Obrigatoriedade de troca de senha a cada 6 (seis) meses;

III - Bloqueio automático por inatividade;

IV - Registro de logs de todas as transações, identificando o usuário, data e hora.

4 - Ficam estabelecidos os seguintes Níveis de Acesso (Perfis) no Sistema AFO, visando a segregação de funções:

I - Perfil Consulta: Acesso restrito à visualização de dados e emissão de relatórios. Destinado a servidores da UCCI, Procuradoria e Gestores para fins de acompanhamento.

II - Perfil Execução (Secretarias): Permissão para solicitar empenhos, inserir dados de liquidação (sem autorizá-la).

III - Perfil Execução (Contabilidade/Finanças): Permissão para emitir empenhos, liquidar despesas e autorizar pagamentos.

IV - Perfil Gestor do Sistema: Acesso total para administração, cadastramento de usuários e parametrização (Restrito à equipe de TI e Gestor da Unidade Central).

5 - É vedada a acumulação de perfis incompatíveis por um mesmo servidor, exceto em municípios de pequeno porte mediante justificativa formal da UCCI.

Paço Municipal Sidnei Polato, 28 de novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 78/2025

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO E O FLUXO DA ETAPA DE PAGAMENTO DA DESPESA PÚBLICA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000);

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de pagamento, garantindo transparência, controle e segurança;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);

DECRETA.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento de Pagamento da despesa pública, compreendendo as rotinas de verificação, autorização, priorização e quitação das obrigações liquidadas.

CAPÍTULO II – DO FLUXO E RESPONSÁVEIS

Art. 2º. O processo de pagamento seguirá o seguinte fluxo básico:

I - Recebimento do processo de Liquidação (com ateste do fiscal do contrato) pelo Setor de Contabilidade;

II - Análise de conformidade e suficiência financeira pelo Setor de Finanças (Tesouraria);

III - Autorização da Ordem de Pagamento pela autoridade competente;

IV - Efetivação do pagamento e registro contábil.

Art. 3º. Compete ao Setor de Contabilidade:

III - organizar e manter os controles necessários dos contratos e convênios de execução de programas e projetos relacionados à política do Idoso, firmados com instituições governamentais e não governamentais;

IV - preparar relatórios técnicos e financeiros referentes à administração do Fundo;

V - preparar as demonstrações periódicas das receitas e despesas a serem submetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, passando a integrar a Contabilidade Geral do Município;

VI - manter os controles necessários a execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação, pagamentos das despesas e ao recebimento das receitas do Fundo;

VII - elaborar anualmente a prestação de contas relativa à aplicação dos recursos do fundo, nos prazos e na forma da legislação vigente, acompanhado de relatório de gestão em linguagem para entendimento dos municípios, visando a transparência da gestão;

VIII - anualmente encaminhar à contabilidade geral do Município o inventário dos bens móveis e imóveis, bem como manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre bens patrimoniais ao encargo do Fundo;

IX - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sempre que solicitado, relatório de acompanhamento e avaliação do plano de aplicação dos recursos do Fundo;

X - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos e contratos firmados pelo Município e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças Públicas deverá dar suporte técnico e operacional na gestão contábil e financeira do Fundo, conforme legislação vigente.

I - Receber os processos liquidados e verificar a regularidade da liquidação, conferindo o ateste do fiscal e os documentos comprobatórios.

II - Emitir a Ordem de Pagamento no sistema oficial (AFO).

Art. 4º. Compete ao Setor de Finanças (Tesouraria):

I - Verificar a disponibilidade de caixa e a compatibilidade com o Cronograma de Desembolso;

II - Gerenciar a ordem cronológica de pagamentos;

III - Efetivar o pagamento, preferencialmente por meios eletrônicos seguros.

CAPÍTULO III – DA AUTORIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

Art. 5º O pagamento da despesa só será autorizado após a verificação da disponibilidade financeira e da regularidade da liquidação.

Art. 6º. Em caso de insuficiência de recursos, o Setor de Finanças observará os seguintes critérios de priorização para pagamento:

I - Despesas com Pessoal e Encargos;

II - Serviço da Divida;

III - Precatórios e RPVs;

IV - Despesas essenciais do custeio (água, energia, medicamentos, merenda e etc.);

V - Demais despesas, observada a ordem cronológica.

CAPÍTULO IV – DA SEGURANÇA E CONTROLE

Art. 7º. Os pagamentos serão realizados, preferencialmente, por meio de arquivos de remessa bancária (layout bancário) ou PIX, através de internet banking, de fácil rastreabilidade, salvo em casos excepcionais e justificados.

Art. 8º. Caso seja identificado pagamento em desconformidade (ex: duplicidade, valor incorreto), o Setor de Contabilidade deverá:

I - Reter o pagamento, se ainda não efetivado;

II - Notificar imediatamente o credor para estorno, se já efetivado;

III - Instaurar processo para apuração dos fatos.

Art. 9º. A realização de pagamento em desconformidade com este Decreto ensejará a imediata apuração de responsabilidade dos agentes envolvidos, conduzida pela Unidade de Controle Interno (UCI).

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Polato, 28 de novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 79/2025

REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Engenheiro Beltrão, criado pela Lei Municipal nº 1.646/2010 e alterado pela Lei Municipal nº 2.197/2023, de duração indeterminada, que é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e fiscalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Engenheiro Beltrão, instrumento de natureza contábil, tem por objetivo captar, repassar e aplicar as receitas previstas e destinadas a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento dos programas e projetos de caráter de execução da política do Idoso, a serem executados pelos órgãos e entidades afins.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social deverá dar suporte e estrutura de gestão para a operação e execução do Fundo, nas seguintes atividades:

I - administrar, contabilizar e movimentar os recursos financeiros do Fundo observado as disposições legais, bem como acompanhar o planejamento e execução dos projetos, estudos, pesquisas e ações de acordo com o plano de aplicação, visando apoiar as ações da política do Idoso;

II - elaborar o plano orçamentário e de aplicação anual a ser submetido à aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III - organizar e manter os controles necessários dos contratos e convênios de execução de programas e projetos relacionados à política do Idoso, firmados com instituições governamentais e não governamentais;

IV - preparar relatórios técnicos e financeiros referentes à administração do Fundo;

V - preparar as demonstrações periódicas das receitas e despesas a serem submetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, passando a integrar a Contabilidade Geral do Município;

VI - manter os controles necessários a execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação, pagamentos das despesas e ao recebimento das receitas do Fundo;

VII - elaborar anualmente a prestação de contas relativa à aplicação dos recursos do fundo, nos prazos e na forma da legislação vigente, acompanhado de relatório de gestão em linguagem para entendimento dos municípios, visando a transparência da gestão;

VIII - anualmente encaminhar à contabilidade geral do Município o inventário dos bens móveis e imóveis, bem como manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre bens patrimoniais ao encargo do Fundo;

IX - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sempre que solicitado, relatório de acompanhamento e avaliação do plano de aplicação dos recursos do Fundo;

X - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos e contratos firmados pelo Município e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças Públicas deverá dar suporte técnico e operacional na gestão contábil e financeira do Fundo, conforme legislação vigente.

Art. 5º. A classificação orçamentária da aplicação dos recursos do Fundo, tanto em Despesas de Capital como em Despesas Correntes, obedecerá às normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64 e suas devidas alterações.

Art. 6º. A proposta orçamentária do Fundo será elaborada no ano anterior, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, dentro do prazo fixado e apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para análise e aprovação.

Art. 7º. O orçamento do Fundo será fixado anualmente por Lei e o Município preverá os recursos necessários para a composição da Receita Orçamentária do Fundo, conforme legislação vigente.

Art. 8º. O Orçamento do Fundo encorporará as políticas, diretrizes e programas do plano de defesa dos Direitos do Idoso, observada a Lei Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º. O Orçamento do Fundo integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º. Para os casos de insuficiência ou omissões orçamentárias serão utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por Lei.

Art. 9º. São receitas do Fundo as previstas no artigo 26 da Lei Municipal nº 2.197/2023, além de:

I - dotação orçamentária própria do Município, garantido através dos recursos previstos no orçamento geral do Município, sem prejuízo aos recursos necessários ao bom andamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e internacionais;

III - auxílios, contribuições, subvenções, legados transferências e participações em convênios e ajustes;

IV - rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária provenientes de aplicações de seus recursos;

V - recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa e órgãos da União ou de Estados vinculados à política do Idoso;

VI - valores provenientes de multas previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

VII - produto de operação de crédito;

VIII - o produto de arrecadação oriundo da venda de materiais de publicações, dos ingressos e taxas cobrados em eventos públicos, promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

IX - o produto da arrecadação, resultante do aluguel de espaços destinados à publicidade comercial, em espaços próprios municipais ou eventos administrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

X - resultados de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

XI - recursos repassados em instituições financeiras sem destinação própria;

XII - transferências ordinárias e extraordinárias do Município, provenientes do Estado ou da União, preconizadas na forma da lei;

XIII - outros recursos, créditos e ativos financeiros adicionais ou extraordinários que por sua natureza lhe possam ser destinados;

XIV - outros recursos que lhes forem destinados.

§ 1º. As receitas vinculadas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º. Os recursos de que trata o parágrafo anterior, deverão estar disponíveis no prazo previsto na legislação vigente para a entrada na contabilidade do Município.

§ 3º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação.

Art. 10. A despesa do Fundo, em consonância com os seus objetivos se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial de programas de atendimento e projetos constantes da Política Municipal do Idoso, compreendendo programas assistenciais específicos e de proteção especial aos idosos expostos à situação de risco pessoal e social, cujas necessidades de atenção extrapolem o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;

II - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

III - construção, reforma, ampliação e aquisição ou locação de imóveis necessários à implantação da Política Municipal do Idoso;

IV - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração, e controle das ações da Política Municipal do Idoso;

V - desenvolvimento de programas de estudos, palestras, seminários, congressos, pesquisas e capacitação para a melhoria do nível de qualidade de vida do Idoso;

VI - melhoria da qualificação dos conselheiros e dos agentes operadores que atuam na área do Idoso;

VII - direitos do idoso;

VIII - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável.

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa reunir-se-á a qualquer tempo e quantas vezes necessário com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 12. Constituem ativos do Fundo:

I - disponibilidades monetárias em bancos, oriundas das receitas especificadas no art. 9º;

II - direitos que porventura vierem a constituir; e

III - bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados à execução de programas e projetos da Política Municipal do Idoso;

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário de bens e direitos, vinculados ao Fundo, procedendo-se à devida divulgação.

Art. 13. Constituem-se passivos do Fundo, as obrigações de qualquer natureza que, porventura, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa venha a assumir, para implementação da Política Municipal do Idoso.

Art. 14. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do próprio Fundo observado os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 15. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções, e de apurar os custos de serviços e, consequentemente, concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

§ 1º. Entende-se por relatório de gestão os balanços trimestrais de receita e despesa do Fundo e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 2º. As demonstrações e relatórios passarão a integrar a Contabilidade Geral do Município.

Art. 16. As normas dispostas no presente regulamento são suscetíveis a alterações, com a finalidade de suprir omissões, ampliar, restringir ou modificar total ou parcialmente a aplicação das mesmas, desde que aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 17. Poderá a qualquer tempo, após aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, serem alterados membros que compõem o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo em vista a continuidade do atendimento ao idoso, que serão homologadas por ato oficial do Chefe do Poder Executivo.

Art. 18. Em caso de extinção do Fundo, por qualquer que seja o motivo, o acervo, bem como o ativo e passivo, pertencerá, de direito, à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista que é órgão governamental municipal que presta atendimento ao idoso, prioridade neste regulamento, a fim de que se cumpra a Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, bem como a Lei Municipal nº 2.197/2023.

Art. 19. Os casos omissos poderão ser solucionados por deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 20. As situações em andamento deverão ser adaptadas, no que couber, a este regulamento, devendo ser respeitado o princípio da Lei mais benéfica.





DISPONÍVEL TAMBÉM ONLINE

ORDEM DE LEITURA

EDITAIS

QUARTA-FEIRA,  
3 DE DEZEMBRO DE 2025  
EDIÇÃO Nº 11.399

TRIBUNA  
DO INTERIOR

3

**MUNICÍPIO DE MAMBORÉ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
www.mambore.atende.net

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito do Município de Mamboré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da Portaria nº. 422/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Processo de Contratação levado a efeito através do(a) INEXIGIBILIDADE Nº 074/2025.

Art. 2º - Adjudicar o objeto do certame, nos termos da Ata da Comissão, aos seguintes participantes.

Vencedores	
<b>FORNECEDOR</b> JOHANN SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) MAMBORÉ, 28 de novembro de 2025.	<b>ITENS</b> 1

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

**Quinta do Sol**  
CNPJ Nº 76.950.047/0001-88  
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 009/2025

**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021)**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2025  
UNIDADE GESTORA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Ação Social.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2025.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação do Sr. ANA PAULA DE ANDRADE ALVERNAZ, por inexigibilidade de Licitação, nos termos, condições e valores previstos em Edital.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2.025.

Leonardo Lazaretti Romero  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**  
Praça Eleutério Galvão de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 - 8180  
CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87.230-000 Peabiru – Paraná

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU  
CONTRATADA: FERRADO ENGENHARIA CIVIL LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a dilatação do prazo de execução contratual por mais 150 (cento e cinquenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica dilatado o prazo de execução por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a partir de 15/11/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento de contrato original e seus aditivos, que não colidirem com as constantes do presente instrumento.

Data: 14 de novembro de 2025.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEABIRU  
CONTRATADA: CONSTRUTORA SANTOS & SOUZA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a dilatação do prazo de execução contratual por mais 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica dilatado o prazo de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, a partir de 07/11/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento de contrato original e seus aditivos, que não colidirem com as constantes do presente instrumento.

Data: 07 de novembro de 2025.

**Governo Municipal de Nova Cantu/PR**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Departamento de Licitações e Contratos

**EXTRATO DE CONTRATO:** CONTRATO Nº 142/2025  
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2025.  
EDITAL DE DISPENSA Nº 38/2025

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE NOVA CANTU, PARANÁ.  
CNPJ Nº 77.845.948/0001-83

**CONTRATADO:** RIBEIRO PROMOÇÕES E EVENTOS  
Inscrito no CNPJ sob nº: 18.746.992/0001-19

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NO DIA 31/12/2025 BAILE DE RÉVEILLON, INCLUINDO SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE SERÃO DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

**VALOR:** R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)  
**ASSINATURA:** 02 de Dezembro de 2025.  
**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES.

**Governo Municipal de Nova Cantu**  
ESTADO DO PARANÁ

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2025  
Dispensa Nº 38/2025

O Prefeito Municipal de Nova Cantu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o Processo Administrativo nº 149/2025, Dispensa Nº 38/2025, que tem como a A PRESENTE DEMANDA TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NO DIA 31/12/2025 BAILE DE RÉVEILLON, INCLUINDO SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE SERÃO DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Nos Termos dos pareceres constantes, e de acordo com a Lei 14.133/21, nos termos dos artigos 75, inciso II, o suas alterações, torna-se pública a Homologação e Adjudicação, do processo licitatório em epígrafe à:

1) JOSE RIBEIRO 43124623991 Inscrita no CNPJ sob Nº 18.746.092.0001-19

Nova Cantu - Paraná, 01 de dezembro de 2025.

(Original assinado)  
AIRTON ANTONIO AGNOLIN  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**

Paço Municipal Sidnei Polato, 28 de novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025  
(Processo Licitatório nº 104/2025)

Pelo presente instrumento, com fulcro no inciso IV do Artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto do Pregão Eletrônico nº 49/2025 em favor do(s) empresa(s):

- Item 01, 02, 05, 09, 12, 13, 14, 24, 25 e 26: MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA. inscrita no CNPJ sob nº 29.715.704/0001-22, pelo valor total de R\$ 179.010,00 (cento e setenta e nove mil e dez reais).
- Item 26: EFFRAIM HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. inscrita no CNPJ sob nº 54.388.779/0001-93, pelo valor total de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais).
- Item 15 e 22: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 48.097.911/0001-05, pelo valor total de R\$ 25.266,00 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e seis reais).
- Item 16: MERCIO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ sob nº 05.912.018/0001-83, pelo valor total de R\$ 25.266,00 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e seis reais).
- Item 06 e 18: UNIÃO NUTRICIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 39.835.028/0001-84, pelo valor total de R\$ 62.300,00 (sessenta e dois mil e trezentos reais).
- Item 03 e 21: VTR COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 62.932.346/0001-21, pelo valor total de R\$ 38.598,00 (trinta e oito mil quinhentos e noventa e oito reais).

A homologação da presente licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Pregoeiro que, em análise aos documentos apresentados pela(s) empresa(s) vencedora(s), constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A(s) empresa(s) vencedora(s) ficam(ão) obrigada(s) a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato ou ata de registro de preços que será celebrada entre as partes, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação de Pregão Eletrônico, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Engenheiro Beltrão/PR, 27 de Novembro de 2.025.

Adalmir José Garbim Júnior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
PROCESSO LICITATÓRIO 104/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO 49/2025

**OBJETO:** Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para futura e eventual aquisição de suplementos e fórmulas especiais para pacientes com diabetes e suplemento de micronutrientes para Secretaria Municipal de Saúde.

**VIGÊNCIA:** 12 meses (até 27/11/2026).

**FORO:** Comarca de Engenheiro Beltrão/PR.

**DATA DA ASSINATURA:** 27 de Novembro de 2.025.

**Ata de Registro de Preços 373/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	FÓRMULA EM PÓ 100% AMINOCÍDIOS LIVRES, ALTA ABSORÇÃO, COM MÍNIMO RISCO DE INTOLERÂNCIA. FÓRMULA APRIMORADA LCPURAS (DHA E ARA) RELAÇÃO 1:1 DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERAPÊUTICAS ESPECÍFICAS, COM RESTRIÇÃO A LACTOSE. A BASE DE AMINOCÍDIOS (ELEMENTARES) INDICADAS PARA ALERGIAS ALIMENTARES. EQUI DISTRIBUIDOR DE DIETÉTICA E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. EMBALAGEM MÍNIMA DE 400 GRAMAS.	NESTLE ALFAMINIO	UN	200	R\$ 178,80	R\$ 35.760,00
2	FÓRMULA DE DIETA À BASE DE AMINOCÍDIOS NÃO COMPLETA, ADICIONADA DE CARBOIDRATOS, GLICOLISMELOS, ISENTA DE LACTOSE. GLICOLISMELOS, SACAROSE, FRUTOSE E GLUTEN. AS VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DE CRIANÇAS DE 01 A 10 ANOS, COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTÚRBIOS DE DIGESTÃO ASSOCIADA DE NUTRIENTES. 100% AMINOCÍDIOS LIVRES. SEGURA PARA PACIENTES COM ALERGIAS ALIMENTARES. EMBALAGEM MÍNIMA DE 400 GR. VALORDE MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	NESTLE ALFA JUNIOR	LTA	100	R\$ 198,00	R\$ 19.800,00
3	DIETAS MÓDULO DE PROTEÍNA ANIMAL EM PÓ DE FÁCIL DILUIÇÃO, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADA DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	VITAFOR	GRAM	100000	R\$ 0,25	R\$ 25.000,00
4	DIETAS MÓDULO DE PROTEÍNA ANIMAL EM PÓ DE FÁCIL DILUIÇÃO, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADA DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	NESTLE NAN COMFOR 1	LTA	1500	R\$ 32,50	R\$ 48.750,00

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Ata de Registro de Preços 374/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
12	COMPOSTO LACTEO INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE. CONTEM DHA, FONTE DE CALCIO, FERRO E ZINCO. RICO EM VITAMINAS C E D. ZERO ADICAO DE SACAROSE E FRUTOSE. EMBALAGEM MINIMA DE 400 GR.	NESTLE NANLAC COMFOR	LTA	200	R\$ 67,50	R\$ 13.500,00
13	DIETAS MÓDULO DE PROTEÍNA ANIMAL EM PÓ DE FÁCIL DILUIÇÃO, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADA DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	NESTLE NAN AR	LTA	200	R\$ 45,50	R\$ 9.300,00
14	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA (0 A 6 MESES), PROTEÍNA DO SORO DO LEITE 20-40, 70% GORDURA VEGETAL, 67KCAL/100ML, LATA 800G.	NESTLE NESTOGENO	LTA	100	R\$ 48,00	R\$ 4.800,00
24	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES DE VIDA, COM PREBIÓTICOS (GOSPOFOS), DHA, ARA, NUCLEOTÍDEOS, CONTEM FIBRAS E LACTOSE EM SUA COMPOSIÇÃO. NÃO POSSUI SACAROSE E FRUTOSE.	NESTLE NAN COMFOR 1	LTA	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
25	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 MESES DE VIDA, COM PREBIÓTICOS (GOSPOFOS), DHA, ARA, NUCLEOTÍDEOS, CONTEM FIBRAS E LACTOSE EM SUA COMPOSIÇÃO. NÃO POSSUI SACAROSE E FRUTOSE.	NESTLE NAN COMFOR 2	LTA	100	R\$ 65,00	R\$ 6.500,00
26	SACAROSE FÓRMULA INFANTIL, ISENTA DE LACTOSE - Características mínimas: Indicada em casos de intolerância à lactose, síndrome de lactose, contendo elementos, minerais e oligoelementos, nucleotídeos, LCPURAS, ARA E DHA. Fonte de Carboidratos: 100% maltodextrina, proteína láctea. EMBALAGEM MÍNIMA DE 400G.	NESTLE NAN SL	LTA	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00

**Ata de Registro de Preços 375/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
15	DIETAS MÓDULO DE PROTEÍNA ANIMAL EM PÓ DE FÁCIL DILUIÇÃO, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADA DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	DANONE APTAMIL	LTA	150	R\$ 63,99	R\$ 12.598,50

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Ata de Registro de Preços 376/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
16	DIETAS MÓDULO DE PROTEÍNA ANIMAL EM PÓ DE FÁCIL DILUIÇÃO, DE ALTO VALOR BIOLÓGICO COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADA DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	DANONE APTAMIL PRE	LTA	250	R\$ 54,87	R\$ 13.667,50
22	FÓRMULA INFANTIL PARA PREMATUROS E/OU RECÉM NASCIDOS DE BAIXO PESO, COM PROTEÍNAS MODIFICADAS EM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, ENRIQUECIDA COM FERRO E VITAMINAS. DENSIDADE CALÓRICA: 80 A 81 Kcal/100ML. ADICIONADA DE DHA, ARA E TCM. PODE OU NÃO CONTER NUCLEOTÍDEOS. EMBALAGEM MÍNIMA 400 GR.	NESTOGENO 2 NESTLE	LTA	1500	R\$ 25,00	R\$ 42.000,00

**Ata de Registro de Preços 377/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
6	MÓDULO DE PROTEÍNA COM 100% CASEÍNATO. NÃO POSSUI ADICAO DE CARBOIDRATO E GORDURA. SEU USO DEVER SER INDICADO POR MÉDICO E OU NUTRICIONISTA, SEGUNDO DOSE DE NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA. DEVER SER INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES PROTÉICAS ELEVARADAS. DIETOTERAPÊUTICA PROTÉICA COM FRATURA DE FÊMUR, HIVAIDS, CÂNCER E CIRURGIA BARIÁTRICA. DEVERA VIR EM EMBALAGEM MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	NUTRIMIL MAXIPRO	GRAM	70000	R\$ 0,42	R\$ 29.400,00
18	NUTRIÇÃO COMPLETA E BALANÇADA 17% GORDURA, 14 A 17% DE PROTEÍNA (CASEÍNATO DE CÁLCIO), 10% DE LACTOSE, 10% DE SACAROSE, 10% DE MALTODEXTRINA E SACAROSE, 25% A.	NUTRIMIL TN SCY HSB	LTA	1000	R\$ 32,90	R\$ 32.900,00

**Ata de Registro de Preços 378/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
21	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 01 A 10 ANOS, COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTÚRBIOS DE DIGESTÃO ASSOCIADA DE NUTRIENTES. 100% AMINOCÍDIOS LIVRES. SEGURA PARA PACIENTES COM ALERGIAS ALIMENTARES. EMBALAGEM MÍNIMA DE 400 GR. VALORDE MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	NESTLE NAN COMFOR 1	LTA	1500	R\$ 32,50	R\$ 48.750,00

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Ata de Registro de Preços 379/2025**

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
3	FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES QUE APRESENTAM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU DE SOJA. LACTOSE ABSORTIVA OU OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS QUE REQUEEREM NUTRIÇÃO MÚLTIPLO.	PREGOMIN PEPTI DANONE	UN	200	R\$ 134,00	R\$ 26.800,00
21	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 01 A 10 ANOS, COM ALERGIAS ALIMENTARES OU DISTÚRBIOS DE DIGESTÃO ASSOCIADA DE NUTRIENTES. 100% AMINOCÍDIOS LIVRES. SEGURA PARA PACIENTES COM ALERGIAS ALIMENTARES. EMBALAGEM MÍNIMA DE 400 GR. VALORDE MÍNIMA 12 MESES. DO ATQ DA ENTREGA.	APTAMIL PEPTI DANONE	LTA	200	R\$ 58,90	R\$ 11.780,00

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**ERRATA**

No Aviso do Pregão Eletrônico nº 68/2025,

ONDE SE LÊ:

"DATA DA ABERTURA: 12/12/2025.

HORÁRIO: 09:00 horas"

LEIA-SE:

"DATA DA ABERTURA: 12/12/2025.

HORÁRIO: 14:00 horas"

Engenheiro Beltrão, 02 de Dezembro de 2.025.

RENATO SIQUEIRA LIMA  
Pregoeiro

**Prefeitura Municipal de Juranda**  
Estado do Paraná - CNPJ 78.196.750/0001-09

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2025.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2025.

O Município de Juranda, Estado do Paraná, através da sua Pregoeira, com a devida autorização da Prefeitura Municipal, convoca para participar do seguinte procedimento licitatório:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO DE BOLSÃO-AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORMES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE JURANDA ATRÁVES DO PROGRAMA SEMEANDO EDUCAÇÃO POR MEIO DE ABASTECIMENTO EM CRÉDITOS ANUAIS EM ATENDIMENTO À LEI MUNICIPAL 2688/2025 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURANDA-PR.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2025  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR TAXA ADMINISTRATIVA COMERCIAL.  
DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 19/12/2025 às 09h00min (horário de Brasília)  
PLATAFORMA: <https://www.comprasnet.gov.br/segurologinPortal.asp>

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Paço Municipal Messias Brasil junto ao Setor de Compras e Licitações. Aplicação do Edital eletrônico: Sem ônus, no site do município <https://juranda.atende.net/transparencia/municipal/compras-geral> ou mediante solicitação por e-mail [compras@juranda.pr.gov.br](mailto:compras@juranda.pr.gov.br).

Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3569-1185, ou pelo e-mail.

Juranda-PR, 02 de dezembro de 2025

Alagdo Souza Pinto de Almeida  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**  
Estado do Paraná - CNPJ: 76.950.062/0001-26

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2025  
POR ITEM MENOR VALOR

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras e decretos municipais 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará DISPENSA objetivando obter a melhor proposta para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, LUZ, LED DE GRANDE PORTE E EQUIPE TÉCNICA, PARA ATENDER AO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO RÉVEILLON DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, CONFORME PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVENIO Nº 620/2025 – PROTOCOLO 24.928.822-5, CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação ate DIA 05/12/2025, ÀS 17:00:00 HORAS.

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail [proposta@barbosaferraz.pr.gov.br](mailto:proposta@barbosaferraz.pr.gov.br) ou pelo protocolo geral <https://barbosaferraz.oxxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso> até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município [www.barbosaferraz.pr.gov.br](http://www.barbosaferraz.pr.gov.br), portal da transparência (<https://barbosaferraz.oxxy.elotech.com.br/portaltransparencia/>) /licitacoes / ou obtidos através de solicitação ao e-mail [licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br](mailto:licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 02/12/2025

HENRIQUE WARREN  
PRESIDENTE CPL

CARLOS ROSA ALVES  
PREFEITO

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

**PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - CNPJ 76.950.047/0001-88 - ESTADO DO PARANÁ**  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 40/2025

**EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO**

1. Espécie: Primeiro Apostilamento a Nota de Empenho nº 2487/2025  
2. Fundamento: Art. 125 da Lei 14.133/2021.  
3. Contratantes: Município de Quinta do Sol e Paiva Soluções em Saúde e Segurança do Trabalho Ltda.  
4. Objeto: Acréscimo de 25% ao valor originalmente contratado na Dispensa de Licitação 40/2025.  
5. Modalidade Licitação: Dispensa de Licitação nº 40/2025

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2.025.

Andréia de Souza  
Departamento de Licitações

**MUNICÍPIO DE MAMBORÉ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
www.mambore.atende.net

**EXTRATO DO REGISTRO**  
ADITIVO Nº 001/2025 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0206/2024

**Processo Licitatório:** Pregão Eletrônico nº 075/2024

**Contratante:** (O/A) MUNICÍPIO DE MAMBORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ sob nº 75.368.928/0001-22 com sede administrativa na Rua Guadalupe - 645, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

**Contratado:** KURICA AMBIENTAL S/A, inscrita(a) no CPF/CNPJ sob n.º 07.706.588/0002-23, com sede/domicílio na) Rua AV ERNANI LACERDA DE ATAYDE 170, 0, bairro GLEBA PALHANO, no Município de Londrina - PR.

**Amparo Legal:** Artigos 84 da lei 14.133/21

**Do Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disposição final, transporte rodoviário e armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos classe II.

**Do valor:** R\$ 720.640,00 (setecentos e vinte mil e seiscentos e quarenta reais)

**Da vigência:** até 27/11/2026

**Data da Assinatura:** 27/11/2025

**Observação:** As demais disposições contratuais continuam inalteradas.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

DECRETA:

Art. 1º - Designar servidora Marli de Fátima Lazaretti Menechin, Matricula Funcional 32881, como responsável pelo Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol-PR, 02 de Dezembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE MAMBORÉ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
www.mambore.atende.net

**EXTRATO DE CONTRATO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 233/2025

Processo Licitatório: Dispensa de Licitação Nº 107/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE MAMBORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ sob nº 75.368.928/0001-22 com sede administrativa na Rua Guadalupe - 645, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

Contratado: QUALITY NET COMUNICACOES LTDA, inscrita(a) no CPF/CNPJ sob n. 35.717.185/0001-34, com sede/domicílio na) Rua OTTO MACEDO, 643, Centro no Município de Moreira Sales - PR.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET AOS PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ-PR.

Valor: R\$ 32.984,00 (trinta e dois mil e novecentos e sessenta e quatro reais).

Amparo Legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: até 21/11/2026

Data da Assinatura: 21/11/2025

Mamboré, 21 de novembro de 2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

**MUNICÍPIO DE MAMBORÉ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
www.mambore.atende.net

**EXTRATO DO REGISTRO ADITIVO Nº 001/2025**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2024

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 119/2023

Contratante: (O/A) MUNICÍPIO DE MAMBORÉ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ sob nº 75.368.928/0001-22 com sede administrativa na Rua Guadalupe - 645, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

Contratado: ROTA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, inscrita(a) no CPF/CNPJ sob n. 45.520.311/0001-10, com sede/domicílio na) Avenida Manoel Francisco da Silva, 121, bairro Centro, no Município de Mamboré - PR.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PELAS DIVERSAS SECRET



**DECRETO Nº 112/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1525, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 325.000,00 (Trezentos e Vinte e Cinco Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
12- ÓRGÃO	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
10-UNIDADE	TURISMO E MEIO AMBIENTE		
23	COMERCIO E SERVIÇOS		
10301	TURISMO		
23665	GESTAO DO TURISMO E MEIO AMBIENTE		
236650012.2.2233000	PROGRAMA PARANA MAIS EVENTO - CONVENIO SETU - 24.912.135-5 C. 26876-X		
3.3.90.39.00.00.00(298)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO	1005	R\$ 325.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 325.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 325.000,00, provenientes de Excesso de Arrecadação na Fonte 1005 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1525, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 113/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1526, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.234000	INCREMENTO PAP - EM. PARL. COMISSAO - DEP BETO RICHA/ LUIZA CANZIANI - C/C 26828-3		
3.3.90.39.00.00.00(299)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1494	R\$ 155.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 155.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 155.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 1494 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1526, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 114/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1527, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 102.000,00 (Cento e Dois Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.234000	INCREMENTO PAP - EM. PARL. COMISSAO - DEP. BETO RICHA/ LUIZA - CUSTEIO C/C 26827-5		
3.3.90.39.00.00.00(274)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1494	R\$ 102.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 102.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 102.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 1494 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1527, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 115/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1528, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 307.000,00 (Trezentos e Sete Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Font e	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.038000	MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
3.3.90.30.00.00.00(142)	MATERIAL DE CONSUMO	494	R\$ 157.000,00
3.3.90.33.00.00.00(303)	PASSAGENS E DESP. LOCOMOCAO	494	R\$ 75.000,00
3.3.90.39.00.00.00(145)	OUTROS SERV. TERC. PESSOA . JURID.	494	R\$ 75.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 307.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 307.000,00 sendo proveniente de Excesso na fonte 494 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1528, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 116/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1529, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.038000	MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CUSTEIO C/C 24714-6		
3.3.90.30.00.00.00(304)	MATERIAL DE CONSUMO	496	R\$ 50.000,00
3.3.90.39.00.00.00(305)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	496	R\$ 26.000,00
3.3.90.92.00.00.00(306)	DESPESAS EXERC. ANTERIOR	496	R\$ 25.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 101.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 155.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 496 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1529, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1532/2025**

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 77.500,00 (Setenta e Sete e Quinhentos Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
12- ÓRGÃO	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
10-UNIDADE	TURISMO E MEIO AMBIENTE		
23	COMERCIO E SERVIÇOS		
10301	TURISMO		
23665	GESTAO DO TURISMO E MEIO AMBIENTE		
236650012.2.2094000	PROGRAMA PARANA MAIS VIAGEM - CONVENIO SETU - C. 26871-2		
3.3.90.39.00.00.00(296)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO	1005	R\$ 70.000,00
3.3.90.39.00.00.00(298)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO	1000	R\$ 7.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 77.500,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 77.500,00, Sendo R\$ 70.000,00 provenientes de Excesso de Arrecadação na Fonte 1005 e R\$ 7.500,00 na fonte Livre nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1532, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 117/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1530, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 203.596,00 (Duzentos e Três Mil Reais e Quinhentos e Noventa e Seis Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.1.505000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
4.4.90.52.00.00.00(134)	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	518	R\$ 203.596,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 203.596,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 203.596,00 sendo proveniente de supervir financeiro na fonte 518 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1530, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 118/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1531, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 207.000,00 (Duzentos e Sete Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08- ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.236000	INCREMENTO PAP - PARLAMENTAR DEPUTADO BETO RICHA - CUSTEIO		
3.3.90.33.00.00.00(302)	PASSAGENS E DESP. LOCOMOCAO	1494	R\$ 207.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 207.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 207.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 1494 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1531, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 119/2025**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1532, de 02 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 77.500,00 (Setenta e Sete e Quinhentos Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
12- ÓRGÃO	SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
10-UNIDADE	TURISMO E MEIO AMBIENTE		
23	COMERCIO E SERVIÇOS		
10301	TURISMO		
23665	GESTAO DO TURISMO E MEIO AMBIENTE		
236650012.2.2094000	PROGRAMA PARANA MAIS VIAGEM - CONVENIO SETU - C. 26871-2		
3.3.90.39.00.00.00(296)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO	1005	R\$ 70.000,00
3.3.90.39.00.00.00(298)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO	1000	R\$ 7.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 77.500,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 77.500,00, Sendo R\$ 70.000,00 provenientes de Excesso de Arrecadação na Fonte 1005 e R\$ 7.500,00 na fonte Livre nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1532, de 02 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1522/2025**

Institui a política municipal de inovação, ciência, tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia do Município de Quinta do Sol e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Quinta do Sol aprovou e eu, Leonardo Lazzaretti Romero, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A presente lei institui a política municipal de inovação, ciência, tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico de Quinta do Sol, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia, o estímulo à inovação no setor produtivo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do município Quinta do Sol.

**Parágrafo único.** Aplicam-se, no âmbito desta Lei, os seguintes princípios, além daqueles definidos na Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I. **Inovação:** introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

**Capítulo III**  
**DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR E DE INOVAÇÃO**

**Art. 5º** O Município poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, envolvendo empresas, pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, centro tecnológico, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos.

**II. Produto, Processo ou Serviço Inovador:** resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;

**III. Startup:** organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados;

**IV. Spin-offs:** empresas de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, que nasce de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos;

**V. Tecnologia:** conjunto coordenado de ações ou medidas efetivas empregadas na produção e comercialização de bens e serviços bem como o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);

**VI. Ambientes promotores da inovação:** são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento; articulação entre empresas nos diferentes níveis de governo, nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação; nas agências de fomento ou organizações da sociedade civil e incubadoras tecnológicas

**VII. Incubadora de empresas:** organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo da facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

**VIII. Pré-incubadoras:** ambiente que oferece suporte a empreendedores para transformar suas ideias de negócios em empresas formalizadas juridicamente. Isso ocorre por meio de ferramentas, serviços de consultoria técnica e mercadológica, mentoria, assessorias, cursos e apoio institucional além de networking e aproximação com entidades financeiras e de investimento;

**IX. Aceleradora de Empresas:** organização, sistema, órgão, entidade ou empresa pública ou privada que estimula e apoia o crescimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura de bens e serviços de aceleração, ofertando o suporte para escalabilidade e escalabilidade de negócios e recursos, visando dar maior amplitude aos processos de inovação tecnológica e a competitividade;

**X. Ecossistema de Inovação e Tecnologia:** aglomeração de empresas, profissionais, órgãos e entidades públicas e privadas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de

**articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa;**

**XI. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT):** órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituídos sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

**XII. Parque Tecnológico:** complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras.

**XIII. Polo Tecnológico:** ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de médio, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

**XIV. Agência de Fomento:** órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

**XV. Arranjo Produtivo Local (APL):** aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentem vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;

**XVI. Cluster:** uma concentração de empresas que se comunicam por apresentarem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes;

**XVII. Criação:** invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;

**XVIII. Criador:** pessoa física ou jurídica que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

**XIX. Empresa de Base Tecnológica (EBT):** empresa cuja estratégia empresarial e de negócios é sustentada pela inovação e cuja base técnica de produção está

**centrada em esforços contínuos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possuindo as seguintes características:** inseridas ou não em incubadoras; e que buscam oportunidades em nichos de mercado com produtos, processos ou serviços inovadores e de alto valor agregado;

**XX. Laboratórios Tecnológicos:** São laboratórios que atuam no desenvolvimento de técnicas e tecnologias para a pesquisa científica, contando com equipamentos especializados, podendo estar disponíveis tanto a usuários internos como externos à instituição;

**XXI. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT):** estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas em lei, constituída para apoiar sua relação com a sociedade e com o mercado promovendo o direito ao conhecimento e propriedade intelectual gerada internamente, gerenciando o processo de transferência de tecnologia;

**XXII. Oficina de empreendedores:** Curso ou capacitação que auxilia empreendedores na realização de uma ideia de negócio ou quem já tem experiência em trabalhar por conta própria;

**XXIII. Produto, Processo ou Serviço Inovador:** resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;

**XXIV. Risco Tecnológico:** possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;

**XXV. Evento:** acontecimento relevantes para ICTs, e EBTs, tais como, feiras, congressos, simpósios, conferências, maratonas tecnológicas, competições e cursos e seminários.

**Capítulo II**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PMCTI)**

**Art. 3º** Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover o estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no município de Quinta do Sol.

**Art. 4º** Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Quinta do Sol, com vistas:

**I. à promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;**

**II. à promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;**

**III. à promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público, privado, instituições de ensino e pesquisa, e entre estes com o terceiro setor;**

**IV. ao apoio e incentivo às atividades empreendedoras de base tecnológica e inovadora;**

**V. ao estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de ambientes de inovação;**

**VI. à promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;**

**VII. ao incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;**

**VIII. à promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;**

**IX. às simplificações de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação;**

**X. a busca pelo melhor resultado qualitativamente considerado, para o desenvolvimento socioeconômico do município de Quinta do Sol.**

**Parágrafo único.** O apoio previsto no caput poderá, entre outras ações, contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive, pré-incubadoras, incubadoras e centros tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

**Art. 6º** O município poderá apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos pré-incubadoras, incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

**§ 1º** Os ambientes promotores de inovação previstos no caput deste artigo poderão apoiar o criador e inventor independente, startups, spin-offs e empresas com base no conhecimento, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o fomento de novas negócios e o aumento da competitividade.

**§ 2º**









**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2021-2024

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 32 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2021-2024

**LEI Nº 1529/2025**

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08-ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10302	SAUDE BASICA		
103020008	GESTAO DA SAUDE		
103020008.2.038000	MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CUSTEIO C/C	24714-6	
3.3.90.30.00.00.00(304)	MATERIAL DE CONSUMO	496	R\$ 50.000,00
3.3.90.39.00.00.00(305)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	496	R\$ 26.000,00
3.3.90.92.00.00.00(306)	DESPESAS EXERC. ANTERIOR	496	R\$ 25.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 101.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 155.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 496 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2021-2024

**LEI Nº 1530/2025**

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 203.596,00 (Duzentos e Três Mil Reais e Quinhentos e Noventa e Seis Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08-ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.236000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
4.4.90.52.00.00.00(134)	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	518	R\$ 203.596,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 203.596,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 203.596,00 sendo proveniente de superávit financeiro na fonte 518 nos termos previstos no art. 42, § 1º, inc. I, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2021-2024

**LEI Nº 1531/2025**

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 207.000,00 (Duzentos e Sete Mil Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
08-ÓRGÃO	SECRETARIA DE SAUDE		
10-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10	SAUDE		
10301	ATENCAO BASICA		
103010008	GESTAO DA SAUDE		
103010008.2.236000	INCREMENTO PAP - PARLAMENTAR DEPUTADO BETO RICHIA - CUSTEIO		
3.3.90.33.00.00.00(302)	PASSAGENS E DESP. LOCOMOÇÃO	1494	R\$ 207.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 207.000,00</b>

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 207.000,00, Provenientes de Provável Excesso na Fonte 1494 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol/PR, 02 de Dezembro de 2025.

**LEONARDO LAZZARETTI ROMERO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

**PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ 76.950.047/0001-88**

**ERRATA: ONDE SE LÊ** R\$ 5.178,00 (CINCO MIL CENTO E SETENTA E OITO REAIS), R\$ 4.025,00 (QUATRO MIL E VINTE E CINCO REAIS), R\$ 1.260,00 (MIL DUZENTOS E SESENTA REAIS) **ENTENDA:** R\$ 32.789,00 (TRINTA E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS), R\$ 8.050,00 (OITO MIL E CINQUENTA REAIS), R\$ 12.600,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

**14ª ETAPA DO PROCESSO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021).**

DISPENSA DE LICITAÇÃO 107/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 157/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da dispensa de licitação nº 107/2025 em favor da empresa LAURO E: COMMERCE DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.933.664/0001-88, IN PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.472.217/0001-70, EQ COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.234.948/0001-04, com sede na cidade de BARRA VELHA - SC, RIO FORTUNA - SC, APUCARANA - PR, pelo valor de **R\$ 5.178,00 (CINCO MIL CENTO E SETENTA E OITO REAIS), R\$ 4.025,00 (QUATRO MIL E VINTE E CINCO REAIS), R\$ 1.260,00 (MIL DUZENTOS E SESENTA REAIS)**, nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente dispensa de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Dispensa de Licitação, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Quinta do Sol, 02 de Dezembro de 2025.

**Leonardo Lazzaretti Romero**  
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

**PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ 76.950.047/0001-88**

**ERRATA: ONDE SE LÊ** R\$ 5.178,00 (CINCO MIL CENTO E SETENTA E OITO REAIS), R\$ 4.025,00 (QUATRO MIL E VINTE E CINCO REAIS), R\$ 1.260,00 (MIL DUZENTOS E SESENTA REAIS) **ENTENDA:** R\$ 32.789,00 (TRINTA E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS), R\$ 8.050,00 (OITO MIL E CINQUENTA REAIS), R\$ 12.600,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

**15ª ETAPA DO PROCESSO - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021).**

DISPENSA DE LICITAÇÃO 107/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 157/2025  
**UNIDADE GESTORA:** SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E OBRAS.  
**SUBELEMENTO DE DESPESA:** AQUISIÇÃO DE PNEUS.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE PNEUS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E OBRAS.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação da empresa LAURO E: COMMERCE DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.933.664/0001-88, IN PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.472.217/0001-70, EQ COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.234.948/0001-04, no valor total **R\$ 5.178,00 (CINCO MIL CENTO E SETENTA E OITO REAIS), R\$ 4.025,00 (QUATRO MIL E VINTE E CINCO REAIS), R\$ 1.260,00 (MIL DUZENTOS E SESENTA REAIS)**.

Quinta do Sol, 02 de Dezembro de 2025.

**Leonardo Lazzaretti Romero**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**  
Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 - 8100  
CNPJ - 75.370.148/0001-17 - CEP - 87.250-000 Peabiru - Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025**  
PROCESSO ADM. Nº 127/2025

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

A Agente de Contratação, do MUNICÍPIO DE PEABIRU no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 127/2025 de 03 de fevereiro de 2025, Lei 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **11 de dezembro de 2025**, às **09hs00min** no endereço eletrônico <https://pecompras.com>, o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 047/2025 na modalidade Pregão Eletrônico - do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.peabiru.pr.gov.br](http://www.peabiru.pr.gov.br).

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO SILENCIOSO, DESTINADOS A EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO.**

Peabiru, 03 de dezembro de 2025.

**Sabrina Marangoni Pinto da Silva**  
Agente de Contratação

**MUNICÍPIO DE MAMBORÊ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
[www.mambore.atende.net](http://www.mambore.atende.net)

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Dispensa nº 114/2025  
Processo Administrativo nº 326/2025

O Município de Mamborê, Estado do Paraná, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, comunica a todos a efetivação do procedimento conforme abaixo discriminado:

Dispensa de Licitação nº 114/2025  
Processo Administrativo nº 326/2025

Valor total: R\$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa reais).

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUTOMOTIVO TIPO SCANNER DE DIAGNÓSTICO ELETRÔNICO, COMPLETO E ORIGINAL DE FÁBRICA, ACOMPANHADO DE TODOS OS CABOS, CONECTORES, ACESSÓRIOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS AO USO IMEDIATO, VISANDO A EXECUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS TÉCNICOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL, COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS.

Mamborê, 02 de dezembro de 2025.

**MAURO AUGUSTO DA ROCHA**  
Agente de Contratação

**MUNICÍPIO DE MAMBORÊ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
[www.mambore.atende.net](http://www.mambore.atende.net)

**AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**  
INEXIGIBILIDADE Nº 064/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ, no uso de suas atribuições legais, considerando:

I - Que a autoridade competente **deve anular, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado**, qualquer procedimento licitatório, quando for comprovadamente detectado afronta ao princípio da legalidade, nos termos do artigo 71 da Lei 14.133/21;

II - Que no processo licitatório em epígrafe foi analisado e determinado a sua **ANULAÇÃO: "sem prejuízo da abertura de novo processo administrativo quando evidenciada a oportunidade e necessidade da administração"**, conforme determinado através do Despacho Municipal nº 493/2025;

**RESOLVE:**

I - **TORNAR PÚBLICA a Anulação** do procedimento licitatório sob a modalidade Inexigibilidade nº 064/2025, ficando assegurado aos interessados, o disposto no artigo 71, III, da Lei 14.133/21.

II - Publique-se.

Mamborê, 02 de dezembro de 2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ**.

**Governo Municipal de Nova Cantu**  
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO 2º ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL: REF. CONTRATO Nº 123/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2023. PREGÃO PRESIDENCIAL Nº 047/2023. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA CANTU, PARANÁ. CNPJ nº 77.845.394/0001-03. CONTRATADO: PERIFERIA AMBIENTAL - COLETA DE RESÍDUOS LTDA. CNPJ nº 10.828.293/0001-53. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. JUSTIFICATIVA: Em comum acordo as partes resolveram aditar o presente contrato com base no Art. 57, Inc. II da Lei 8.666 de 1993, sendo necessário para que a empresa possa dar continuidade aos serviços prestados. ALTERAÇÃO: Aditivo de prazo e valor global. ASSINATURA: 28 de novembro de 2025.

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

**PORTARIA Nº 320/2025**

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscaroli, no uso de suas atribuições legais nos termos da LEI 258/2008;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder retorno da Licença sem Vencimentos, para tratar de interesse particular ao servidor: **OLZIEL VIEIRA DO NASCIMENTO**, a partir de 02 de dezembro de 2025.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** - Paço Municipal Haride Caveletti, em 02 de dezembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Joel Celso Buscaroli**  
Prefeito Municipal

**Governo Municipal de Nova Cantu/PR**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PESSOAL

**DECRETO Nº 2821, de 01 de dezembro de 2025.**

**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO EFETIVO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANTU, Estado do Paraná, Senhor **Airton Antonio Agnolin**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 155, de 06 de novembro de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Cantu), especialmente os artigos 58 e 72, que disciplinam a vacância de cargos públicos;

Considerando o pedido formal de exoneração apresentado pela servidora interessada;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica exonera, a pedido, a servidora **TAYNARA FRANCISKARLA DE SOUSA**, matrícula nº 646129, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de saúde, com efeitos financeiros a partir de **01 de dezembro de 2025**.

**Art. 2º** Declara-se a vacância do respectivo cargo público, nos termos da legislação vigente.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Paço Municipal Martin Krupke, em **01 de dezembro de 2025**.

(Original Assinado)  
**AIRTON ANTONIO AGNOLIN**  
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Roncador**  
PRACA ROYSES LUPION, Nº 88 - CENTRO - CEP: 87320-000 - RONDONÓPOLIS - PR  
RONDONADOR - CEP: 87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: (44) 575-1222 - PARANÁ  
CNPJ: 75.371.401/0001-57

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE**

RATIFICO E AUTORIZO a execução do objeto do Processo Administrativo nº 224/2025, de Inexigibilidade nº 47/2025, com fundamento no inciso I do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor da Empresa: CHANSON VEICULOS LTDA., inscrita no CNPJ: 03.326.331/0003-76, para: CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA AUTORIZADA PELA MONTADORA PEUGEOT PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DO VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO B - MARCAMODELO PEUGEOT EXPERT PACK, ANOMODELO 2022/2023, PLACA SEH134, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RONDONADOR/PR, DE FORMA A PRESERVAR A GARANTIA DE FÁBRICA., Deste Município, pelo preço total de R\$ 16.447,95 (Dezesseis mil quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Em conformidade do Inciso I, do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 uma vez que o processo se encontra devidamente instruído. DETERMINAR a publicação em site eletrônico oficial.

Roncador/PR, 02/12/2025.

**MARILIA PEROTTA BENTO GONCALVES**  
PREFEITA MUNICIPAL

**Prefeitura Municipal de Roncador**  
PRACA ROYSES LUPION, Nº 88 - CENTRO - CEP: 87320-000 - RONDONÓPOLIS - PR  
RONDONADOR - CEP: 87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: (44) 575-1222 - PARANÁ  
CNPJ: 75.371.401/0001-57

**LEI Nº 1.535/2025**

**SÚMULA:** Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Senhora Marília Perotta Bento Gonçalves. Faço saber, que a Câmara Municipal de Roncador, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 2º** Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

**Art. 3º** O consórcio que ora se ratifica trata a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

**Prefeitura Municipal de Roncador**  
PRACA ROYSES LUPION, Nº 88 - CENTRO - CEP: 87320-000 - RONDONÓPOLIS - PR  
RONDONADOR - CEP: 87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: (44) 575-1222 - PARANÁ  
CNPJ: 75.371.401/0001-57

**Art. 4º** Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal João Otates Mendes,  
Em 18 de novembro de 2025.

**MARILIA PEROTTA BENTO GONCALVES:**  
64467660925  
Marília Perotta Bento Gonçalves  
Prefeita Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

NÚMERO DA MODALIDADE.....: 72 / 2025  
REQUERENTE.....: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, rurais e Obras

OBJETO.....: Registro de Preços para Aquisição de Empilhadeira motorizada - Recurso Itaipu.

PROCEDIMENTO.....: Pregão Eletrônico

VALOR MÁXIMO DO EDITAL.....: 158.300,00 (cento e cinquenta e oito mil, trezentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL.....: Lei 14.133/21

Nos termos dos Pareceres e dos documentos constantes no presente processo, homologo o procedimento de contratação em epígrafe, nos termos da lei 14.133/21, ficando aprovado para que surta os efeitos legais.

Consequentemente, atribuo o objeto do presente certame ao seguinte fornecedor:

LOTE	FORNECEDOR	CNPJ	V. TOTAL R\$	V. T. EXTENSO
1	MK - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	17.874.134/0001-00	122.000,00	cento e vinte e dois mil reais

Boa Esperança, 02 de dezembro de 2025

**Joel Celso Buscaroli**  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 62/ 2025

Processo Licitatório: Pregão n.º 72/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ sob nº 76.217.017/0001-67 com sede administrativa na Avenida Brasil, 361 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Joel Celso Buscaroli

Contratado: MK - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 17.874.134/0001-00, com sede(domicílio na(o) RODOVIA BR 116, 17511, XAXIM, CURITIBA / PR.

Objeto: Aquisição de equipamentos para UVR (empilhadeira motorizada).

Valor: 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:  
25 - SECRET. MUNIC. AGRI. E MEIO AMBIENTE  
003 - DIVISÃO MEIO AMBIENTE  
25.003.18.541.0002.1.070 - Política Municipal de Resíduos Sólidos  
4.4.90.52.00 - 1027 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
4.4.90.52 - 0400 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO  
4.4.90.52 - 4000 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS  
Fonte: 1027 - Transferências Voluntárias Políticas Federais - ITAPU BINACIONAL - PROGRAMA 25 - SECRET. MUNIC. AGRI. E MEIO AMBIENTE  
003 - DIVISÃO MEIO AMBIENTE  
25.003.18.541.0002.1.070 - Política Municipal de Resíduos Sólidos  
4.4.90.52.00 - 773 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
4.4.90.52 - 0400 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO  
4.4.90.52 - 4000 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS  
Fonte: 1003 - Recursos Ordinários (Livre)

Amparo Legal: Lei Federal 14.133/21

Vigência: 02 de dezembro de 2026  
Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias

Data da Assinatura: 02 de dezembro de 2025

Boa Esperança, 02 de dezembro de 2025.

**Joel Celso Buscaroli**  
Prefeito Municipal

**GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ n. 78.069.143/0001-47

**AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 44/2025**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025

O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, através do Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequação técnica do instrumento convocatório, torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO** do Edital e do Termo de Referência, bem como a **REABERTURA DE PRAZO** da Dispensa Eletrônica em epígrafe.

**1. DO OBJETO DA RETIFICAÇÃO:** Fica alterado o Item 9.4 (Qualificação Técnica) do Aviso de Contratação Direta e o respectivo tópico no Termo de Referência, passando a vigorar com a exigência cumulativa dos seguintes documentos e condições de habilitação:

- Licença de Blaster/Pirotecnia, nos termos do Decreto Federal 3.665/2000;
- Carteira de Blaster Pirotecnico emitida pela Associação Brasileira de Pirotecnicia ou órgão equivalente, em plena validade;
- PCR e PCMSO anual da empresa com validade expiação, laudos e ART quitada junto ao CREA-PR (Conforme NR-09);
- Certidão de Aprove Técnico (CAT) junto ao CREA e Certidão negativa de infrações éticas do engenheiro responsável pela empresa (Engenheiro de Segurança do Trabalho);
- Atestado de Capacidade Técnica (mínimo 01) comprovando conhecimento compatível;

**Certificado de Registro (CR)** emitido pelo Exército Brasileiro, contendo as atividades:

- Comércio de Pirotecnicos de uso restrito;
- Prestação de serviço (próprio) - Transporte de pirotecnicos;
- Prestação de serviço (próprio) - Armazenamento de pirotecnicos;
- Utilização de demonstração/exposição de Pirotecnicos;
- Utilização/emprego de pirotecnico de uso permitido e restrito;
- Utilização/emprego de pirotecnico em cenografia.

- Alvará de Licença Municipal;
- Alvará da Polícia Civil (DEAM-PR) para comércio atacadista, depósito e transporte de produtos pirotecnicos;
- Alvará da Polícia Civil (DEAM-PR) específico para transporte rodoviário;
- Alvará da Polícia Civil (DEAM-PR) de Perito em Explosivos (Blaster);
- Certificado de Capacitação de Plano e Emergência;
- Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB/AVCB);
- Certificado de Licenciamento Ambiental da empresa;
- Licença Sanitária Municipal para comércio de fogos;

**GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ n. 78.069.143/0001-47

- Apólice de Seguro da empresa para o funcionário Blaster;
- Comprovação de Treinamentos (Certificados) da equipe técnica/funcionários:
  - NR 06 (Uso correto de EPIs);
  - NR 20 (Segurança com inflamáveis e combustíveis);
  - NR 11 (Capacitação/formação do Blaster - Transporte/Movimentação);
  - NR 35 (Capacitação/formação do Blaster - Trabalho em Altura).
- Certificado ANTT (Registro Nacional de Transportadores de Carga) para transporte de produtos perigosos (próprio ou terceirizado)

**2. DA REABERTURA DE PRAZO:** Em cumprimento ao disposto no Art. 55, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica reaberto o prazo para apresentação de propostas e lances, conforme o seguinte cronograma:

- Início do Recebimento de Propostas: 03/12/2025 às 07h.
- Fim do Recebimento de Propostas: 08/12/2025 às 07h30min.
- Data da Disputa de Lances: 08 de dezembro de 2025, às 09h00min (Horário de Brasília).
- Local: Plataforma BLL Compras ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital que não foram modificadas por este Aviso. O edital retificado encontra-se disponível na íntegra no Portal da Transparência e na plataforma de licitações.

Altamira do Paraná - PR, 02 de dezembro de 2025.

**ELZA APARECIDA**  
DA  
SILVA/804113560953  
Prefeita Municipal

**GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ n. 78.069.143/0001-47

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Agente de Contratação, do MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 127/2025 de 03 de fevereiro de 2025, Lei 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **11 de dezembro de 2025**, às **09hs00min** no endereço eletrônico <https://pecompras.com>, o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 047/2025 na modalidade Pregão Eletrônico - do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.altamira.pr.gov.br](http://www.altamira.pr.gov.br).

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO SILENCIOSO, DESTINADOS A EVENTOS OFICIAIS PROM**